

CADASTRAMENTO DE PENALIDADES

MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS



CIDADE DE
SÃO PAULO
GESTÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO (SEGES)

Viaduto do Chá, 15, 8º andar, Centro, 01002-900 – São
Paulo - SP (Gabinete)

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (COGEP)

R. Boa Vista, 280, 5º andar, Centro, 01014-908 – São
Paulo, SP

E-mail: gestaodepessoas@prefeitura.sp.gov.br

**EM CASO DE DÚVIDA SOBRE AS ROTINAS
ESTABELECIDAS NESTE MANUAL, ENTRAR EM
CONTATO COM:**

Divisão de Eventos Funcionais (DEF)

E-mail: eventosfuncionais@prefeitura.sp.gov.br

Conteúdo

- 01.** OBJETIVO
- 02.** DEFINIÇÃO
- 03.** CATEGORIAS ABRANGIDAS
- 04.** PROCEDIMENTOS
- 05.** LEGISLAÇÃO
- 06.** ANEXOS

OBJETIVO

Este manual visa apresentar os procedimentos a serem adotados para a prática dos atos necessários ao cadastramento, no sistema informatizado, de penalidades aplicadas.

DEFINIÇÃO

Sanção legal, de natureza disciplinar, que a lei impõe ao autor do ilícito (servidor).

CATEGORIAS ABRANGIDAS

Efetivos (categoria A), admitidos (categoria F), comissionados (categoria K).

PROCEDIMENTOS

A URH/SUGESP deverá adotar as providências necessárias para efetuar o cadastro da penalidade aplicada ao servidor, observando os termos do despacho publicado no DOC, através do SIGPEC – Tela de Frequência.

1. Repreensão

Nos termos do art. 185 da **Lei nº 8989/79**, essa penalidade será aplicada por escrito, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres funcionais.

a) Mnemônico REP – código 2 – conteúdo: data da publicação do despacho.

2. Suspensão

Atendendo ao disposto no art. 186 da **Lei nº 8989/79**, com a redação que lhe foi dada pela **Lei nº 13.519/03**, regulamentada pelo **Decreto nº 43.233/03**, essa pena será aplicada em casos de falta grave ou reincidência.

a) mnemônico SUS – código 3 – data início e data fim: período de cumprimento da suspensão. (ANEXO ÚNICO).

Observação: A URH/SUGESP deverá solicitar à chefia do servidor o período em que será cumprida a penalidade.

3. Suspensão Convertida em Multa

De acordo com os parágrafos 2º e 3º do art. 186 da **Lei nº 8989/79**, com nova redação dada pela **Lei nº 13.519/03**, regulamentada pelo **Decreto nº 43.233/03**, quando o servidor sofrer pena de suspensão e houver conveniência para o serviço, a penalidade poderá ser convertida em multa, sendo o servidor obrigado a permanecer em exercício, com desconto de até ½ de seus vencimentos.

a) Mnemônico SUC – código 4 – data início e data fim: período de cumprimento da penalidade. (ANEXO ÚNICO)

Observação: A URH/ SUGESP deverá solicitar à chefia do servidor o período em que será cumprida a penalidade.

4. Suspensão Preventiva

Como dispõem os artigos 199 e 200 da **Lei nº 8989/79**, com a nova redação dada pela **Lei nº 13.519/03** e regulamentada pelo **Decreto nº 43.233/03**, o servidor:

- após oitiva, poderá ser suspenso preventivamente por até 120 (cento e vinte) dias, sem sofrer descontos em seus vencimentos, durante o período de sindicância ou procedimento de investigação da Ouvidoria Geral do Município.

- poderá ser novamente suspenso preventivamente por até 120 (cento e vinte dias), com desconto de 1/3 (um terço) de seus vencimentos, caso haja necessidade na instauração do procedimento disciplinar do exercício de pretensão punitiva, de mantê-lo afastado para assegurar a averiguação da infração a ele imputada ou para inibir a possibilidade de reiteração da prática de irregularidades.

a) Mnemônico SUP – (Suspensão Preventiva sem Descontos) – código 5 – data início e data fim: período estipulado para a suspensão.

b) Mnemônico SUT – (Suspensão Preventiva/Prisão Administ.com Desc de 1/3 dos Vencts.) – código 6. (ANEXO ÚNICO)

5. Exoneração no Interesse do Serviço Público

Nos termos do art. 19 da Lei nº 8989/79, modificado pela Lei nº 13.686/03, o servidor poderá ser exonerado quando não atender aos requisitos exigidos pela municipalidade, antes de completar o estágio probatório.

a) Tela – Vínculos Funcionais – Vacância – (Consultar a Lista de Valores – SIGPEC) conteúdo: data da exoneração de acordo com o despacho publicado. (ANEXO ÚNICO)

6. Demissão a Bem do Serviço Público

Como estabelece o art. 189 da Lei nº 8989/79, com nova redação dada pela Lei nº 13.519/03, regulamentada pelo Decreto nº 43.233/03, o servidor será demitido em decorrência de irregularidade ou falta grave.

a) Tela – Vínculos Funcionais – Vacância – (Consultar a Lista de Valores – SIGPEC) -conteúdo: data da demissão, de acordo com o despacho publicado. (ANEXO ÚNICO)

7. Demissão

Considerando o que dispõem os incisos III a VII do art. 188 da Lei nº 8989/79, o servidor será demitido nos casos de procedimento irregular ou ilícito administrativo.

a) Tela – Vínculos Funcionais – Vacância – (Consultar a Lista de Valores – SIGPEC) – conteúdo: data da demissão, de acordo com o despacho publicado. (ANEXO ÚNICO)

8. Dispensa do Serviço Público

Obedecendo aos incisos III e IV do art. 23 da **Lei nº 9160/80**, o servidor admitido será dispensado em decorrência de irregularidade.

a) Tela – Vínculos Funcionais – Vacância – (Consultar a Lista de Valores – SIGPEC) – conteúdo: data da dispensa, de acordo com o despacho publicado. (ANEXO ÚNICO)

Lembrete: Consultar a Apostila de Cadastro Geral – SIGPEC.

LEGISLAÇÃO

- Lei nº 8.989/79;
- Lei nº 9.160/80;
- Lei nº 13.519/03;
- Lei nº 13.686/03;
- Decreto nº 41.055/01;
- Decreto nº 43.233/03;
- Orientação Normativa nº 1/2004/SJ.G (DOM: 17/03/04);
- Memorando Circular nº 03/2004-DRH-3, de 26 de agosto de 2004;
- Manual de Procedimentos Disciplinares (DOM: 26/08/03).

ANEXOS

VACANCIA					
	DESCRIÇÃO	CONDIÇÃO	DOCUMENTO PARA CADASTRO	LEGISLAÇÃO	OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES
	Demissão - Lei 8989/79, art. 188, incisos III a VII	Quando o servidor for demitido por procedimento irregular de natureza <u>grave ou</u> acumulação indevida de cargos públicos, se provada má fé, etc.	DOC/Servidores/SJ	Lei 8989/79, art. 188, incisos III a VII	
	Dispensa - Lei 9160/80, art. 23, incisos III e IV (exceto Processo de Faltas)	Quando o servidor admitido for dispensado por não <u>corresponder às necessidades do serviço ou</u> incorrer em responsabilidade disciplinar.	DOC/Servidores/SJ	Lei 9160/80, art. 23, incisos III e IV	
	Exoneração - Lei 8989/79, art. 19 (interesse do serviço público)	O servidor que não atender aos requisitos exigidos <u>pela Municipalidade - não passou no</u> estágio probatório e é exonerado.	DOC/Servidores/SJ	Lei 8989/79, art. 19 Lei 13686/03, art. 1º	
	Demissão a bem do serviço público - Lei 8989/79, art. 189	Quando o servidor for demitido a bem do serviço público.	DOC/Servidores/SJ	Lei 8989/79, art. 189 Lei 13519/03, art. 1º Decreto 43233/03	
SUSPENSÃO					
	DESCRIÇÃO	CONDIÇÃO	DOCUMENTO PARA CADASTRO	LEGISLAÇÃO	OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES
	Suspensão preventiva até 120 (cento e vinte) dias	Quando o servidor for afastado de suas funções durante o período de sindicância ou procedimento de investigação da Ouvidoria Geral do Município.	DOC/Servidores/SJ	Lei 8989/79, arts. 199 e 200 Lei 13519/03, art. 1º Decreto 43233/03	Sem prejuízo de vencimentos e sem prejuízo de vantagens
	Suspensão até 30 dias	Quando <u>o servidor</u> sofrer pena de suspensão, período de <u>ficará afastado de suas</u> funções no cumprimento da referida penalidade.	DOC/Servidores/SJ - <u>tratado</u> no PA (mais de 5 dias)	Lei 8989/79, art. 186 Lei 13519/03, art. 1º Decreto 43233/03	com prejuízo de vencimentos, com prejuízo de vantagens
	Suspensão de 31 a 120 dias	Quando <u>o servidor</u> sofrer pena de suspensão, período de <u>ficará afastado de suas</u> funções no cumprimento da referida penalidade.	DOC/Servidores/SJ - <u>tratado</u> no P.A. (mais de 5 dias)	Lei 8989/79, art. 186 Lei 13519/03, art. 1º Decreto 43233/03	com prejuízo de vencimentos, com prejuízo de vantagens

	Suspensão convertida em multa até 120 (cento e vinte) dias	Quando o servidor sofrer pena de suspensão e houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, <u>sendo o servidor obrigado a permanecer em exercício, com desconto de até ½ de seus vencimentos.</u>	DOC/Servidores/ Secretaria do servidor - (suspensão até 5 dias) DOC/Servidores/ SJ - tratado no P.A. (mais de 5 dias)	Lei 8989/79, parágrafos 2º e 3º do art. 186 Lei 13519/03, art 1º Decreto 43233/03	com prejuízo de vencimentos, sem prejuízo de vantagens
	Suspensão preventiva até 120 (cento e vinte) dias	<u>Quando o servidor for novamente</u> suspenso preventivamente, para averiguação da infração a ele <u>imputada</u> , com desconto de 1/3 dos vencimentos.	DOC/Servidores/ SJ	Lei 8989/79, arts. 199 e 200 Lei 13519/03, art. 1º Decreto 43233/03	com prejuízo de vencimentos, com prejuízo de vantagens